

personificada: Da Sociedade em comum, Da Sociedade em conta de participação. Da Sociedade personificada: Da Sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligadas. Da Sociedade dependente de autorização: da sociedade nacional e da sociedade estrangeira.

8) Contratos mercantis frente ao atual código civil: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (*leasing*), franquia (*franchising* - Lei nº 8.955/94), faturização (*factoring*), representação comercial, concessão mercantil.

9) Sociedade limitada. Conceito e legislação. Direitos e obrigações dos sócios e administradores. Doutrina da desconsideração da personalidade jurídica. Da saída do sócio. Da dissolução e liquidação da sociedade. Do capital social. Da exclusão do sócio. 10) Sociedade anônima: conceito, características e espécies. Capital social. Ações. Modificação do capital. Acionistas: direitos e obrigações. Assembleias. Conselho de Administração. Diretoria. Administradores: deveres e responsabilidades. Dissolução, liquidação e extinção da Companhia. Condição Jurídica dos empregados eleitos diretores da sociedade.

11) Da liquidação da Sociedade, Da transformação, Da incorporação, Da fusão e da cisão das sociedades.

12) Recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. (Lei nº 11.101/2005)

13) O Código de Defesa do Consumidor: princípios de regência, interpretação e ônus da prova. Desconsideração da personalidade jurídica. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

14) Conceito de tripulante de aeronave segundo o Código Civil Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7565, de 19.12.1986). Composição da tripulação de aeronave. Comandante de aeronave e sua responsabilidade no que diz respeito à tripulação. Regulamentação das profissões do aeraviário (Decreto nº 1232, de 22.06.1962) e do Aeronauta (Lei nº 7183/84).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1) Constituição Brasileira/88: Da Seguridade Social: Disposições Gerais; Da Saúde; Da Previdência Social; Da Assistência Social. 2) Plano de Custeio da Previdência: conceituação e princípios constitucionais. Da Organização da Seguridade Social. Do Financiamento da Seguridade Social: dos contribuintes; do salário-de-contribuição; da arrecadação e do recolhimento das contribuições; da prova de inexistência de débito. Das disposições Gerais.

3) Plano de Benefícios da Previdência Social: Da finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social. Do Regime Geral de Previdência Social. Dos Beneficiários. Das Inscrições. Das Prestações em Geral: benefícios/serviços. Acidente do Trabalho. Períodos de carência. Salário-de-benefício. Da Renda mensal do benefício. Seguro Desemprego.

4) Prescrição e Decadência.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1) Trabalho infantil: conceito e normas legais aplicáveis. Proibições ao trabalho do menor. Penalidades. Efeitos da contratação. Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Tratamento legal e constitucional.

2) Os Conselhos Tutelares e de Direitos da criança e do adolescente: composição, atribuições.

3) Normas de proteção ao trabalhador adolescente. Limites à contratação. Estágio e aprendizagem: conceitos, distinção e características. Direitos do estagiário e do aprendiz. Requisitos para a adoção válida dos regimes de estágio e de aprendizagem. Extinção do contrato de aprendizagem. Proteção ao trabalhador adolescente portador de deficiência.

4) Trabalho Educativo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

A) SOCIOLOGIA DO DIREITO

1) Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas.

2) Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito.

3) Direito, Comunicação Social e opinião pública.

4) Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

B) PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

1) Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

2) Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.

3) Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

4) O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

C) ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

1) Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.

2) Direitos e deveres funcionais da magistratura.

3) Código de Ética da Magistratura Nacional.

4) Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

5) Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

6) Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

D) FILOSOFIA DO DIREITO

1) O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

2) O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.

3) A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

E) TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

1) Direito objetivo e direito subjetivo.

2) Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.

3) Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

4) O conceito de Política. Política e Direito.

5) Ideologias.

6) A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

ANEXO X

CALENÁRIO DE PROVAS E PUBLICAÇÕES

(sujeito a alterações)

28.03 a 26.04.2012- **INSCRIÇÕES PRELIMINARES**

08.05.2012-Publicação inscrições preliminares deferidas

11.05.2012-Julgamento recursos indeferimento inscrição preliminar

14.05.2012-Publicação nova relação inscrições deferidas

14.05.2012-Avaliação candidatos deficientes pela Comissão Multiprofissional

16.05.2012-Publicação inscrições preliminares deferidas como candidatos deficientes

16.05.2012-Julgamento recursos de suspeição ou impedimento e impugnação Comissões

18.05.2012-Publicação nova composição de Comissões

27.05.2012-13h- **1ª ETAPA - PROVA OBJETIVA SELETIVA**

29.05.2012-Publicação Gabarito

18.06.2012-10h-Sessão pública julgamento recursos

20.06.2012-10h-Sessão pública identificação provas e resultado

22.06.2012-Publicação resultado

19.08.2012-8h-**2ª ETAPA - 1ª PROVA ESCRITA - DISCURSIVA**

10.09.2012-10h-Sessão pública identificação provas e resultado

12.09.2012-Publicação resultado

28.09.2012-10h-Sessão pública julgamento recursos

02.10.2012-Publicação novo resultado

21.10.2012-8h-**2ª ETAPA - 2ª PROVA ESCRITA - SENTENÇA**

29.10.2012-15h-Sessão pública identificação provas e resultado

31.10.2012-Publicação resultado

14.11.2012-9h-Sessão pública julgamento recursos

16.11.2012-Publicação novo resultado

19.11 a 03.12.2012-**3ª ETAPA - INSCRIÇÃO DEFINITIVA** - 15 dias

19.11 a 03.12.2012-Investigação social e sindicância vida pregressa

19.11 a 03.12.2012-Exame Psicotécnico

19.11 a 03.12.2012-Apresentação exames a médico indicado pelo TRT

06.12.2012-Publicação deferimento inscrições definitivas

06.12.2012-Notificação pessoal de eliminação de candidato

12.12.2012-Julgamento recursos de indeferimento de inscrição definitiva

14.12.2012-Publicação nova relação de inscrições definitivas deferidas

14.12.2012-Publicação programa específico agrupado da Prova Oral

23, 24 e 25.01.2013-**4ª ETAPA - PROVA ORAL**

23.01.2013-8h e 14h-Manhã - Sorteio da ordem de arguição de todos os candidatos. Após, sorteio de pontos dos primeiros candidatos a serem arguidos. Tarde - sorteio de pontos dos próximos candidatos a serem arguidos.

24.01.2013-8h e 14h-Manhã - Sorteio de pontos e Prova (candidatos remanescentes). Tarde - Sorteio de pontos e Prova (candidatos remanescentes).

25.01.2013-8h e 14h-Manhã - Prova (candidatos remanescentes). Tarde - Prova (candidatos remanescentes).

25.01.2013-Sessão pública divulgação resultado - após todas as provas

29.01.2013-Publicação resultado

04.02.2013-9h-**5ª ETAPA - PROVA DE TÍTULOS**

06.02.2013-Publicação resultado da avaliação dos títulos

22.02.2013-10h-Sessão pública julgamento recursos

25.02.2013-Publicação novo resultado

28.02.2013-**RESULTADO FINAL**

07.03.2013-**HOMOLOGAÇÃO PLENO**

11.03.2013-Publicação da homologação e do resultado final

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 358183

O PROCURADOR GERAL DE CONTAS DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no caput e parágrafos 1º e 2º do art. 8º do Decreto 3.931/01 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93), RATIFICA a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 014/2011-SEGUP, decorrente do Pregão Eletrônico SEGUP nº 004/2011, do Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Segurança Pública, para contratar com a empresa MARELLI MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA para aquisição de mobiliário para atendimento das necessidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

Belém, 23 de março de 2012

ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE

Procurador Geral de Contas do Estado

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 357749

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA

Nº 001/2012 – MP/PGJ/CGMP

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA e a CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 18, inciso XII, art. 37, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 c/c art. 10, inciso XII e art. 17, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993, respectivamente, e, ainda, CONSIDERANDO, ser missão do Ministério Público se fazer presente e atuar com eficiência nos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, na defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do